

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

## **SUSTENTABILIDADE, DECRESCIMENTO, BEM VIVER<sup>1</sup> SUSTAINABILITY, DEGROWTH, WELL-BEING**

**Sandra Beatriz Vicenci Fernandes<sup>2</sup>, Leonir Terezinha Uhde<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em desenvolvimento Regional - UNIJUI

<sup>2</sup> Professor - docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional

<sup>3</sup> Professor - docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional

### **Resumo**

A princípio, o reconhecimento de que existe uma contradição incontornável entre um estoque de recursos finitos, muitos dos quais irreprodutíveis na escala humana, e um crescimento infinito apregoado pelo sistema econômico parece ser inquestionável. A sustentabilidade tem sido associada a um modelo de economia que tem como o progresso material ilimitado, supondo que eles não comprometem a base de recursos da natureza. Entretanto, a crise ambiental presente assume os contornos de uma crise civilizatória. Nesse contexto os conceitos de sustentabilidade, decrescimento e bem-viver são diferentes campos conceituais, com diferentes origens, mas com diversos denominadores comuns especialmente, a importância de abandonar o objetivo de crescimento pelo crescimento. Em particular, o decrescimento não é o crescimento negativo e sim a prosperidade sustentável, enquanto o bem viver centraliza-se em desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem. Com o despretensioso objetivo de entrelaçar estes três campos conceituais e pontuar pontos de convergência, parte-se de uma retomada da visão de alguns dos principais autores que tratam dos temas, a partir de uma revisão bibliográfica, buscando, de forma sintética, trazer questões para uma reflexão acerca do desenvolvimento contemporâneo. Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, de caráter exploratório.

**Palavras-chave:** desenvolvimento sustentável; limites do crescimento; bem estar social

### **Abstract**

At first, the recognition that there is an inescapable contradiction between a stock of finite resources, many of which are irreproducible on the human scale, and an infinite growth preached by the economic system seems to be unquestionable. Sustainability has been associated with an economy model that has as unlimited material progress, assuming that they do not compromise the resource base of nature. However, the present environmental crisis assumes the contours of a civilizing crisis. In this context the concepts of sustainability, decay and well-living are different conceptual fields, with different origins, but with several common denominators especially, the importance of abandoning the goal of growth by growth. In particular, the decline is not negative growth but sustainable prosperity, while good living centers on unfolding the potential of people

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

and society so that they have life and can live well. With the unpretentious objective of interweaving these three conceptual fields and punctuating points of convergence, we start with a resumption of the vision of some of the main authors who deal with the themes, starting from a bibliographical review, seeking, in a synthetic way, to bring questions to A reflection on contemporary development. It is a research of applied nature, of exploratory nature.

Keywords: sustainable development; growth limits; social welfare

## 1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é sem dúvida o termo do momento, e quanto mais se ganha em difusão do termo, lamentavelmente se perde em consistência e compreensão de seu significado. Se todos são a favor da sustentabilidade, por que então não estamos avançando? Pelo contrário, constata-se o contínuo agravamento da crise socioambiental. Do que se trata mesmo a sustentabilidade? Antes de discorrer acerca da complexidade de definição, podemos tomar como ponto de partida a máxima, que data da tomada de consciência da insustentabilidade nas décadas de sessenta/setenta: “é impossível crescimento material infinito com recursos finitos” (MEADOWS et al., 1972).

A princípio, o reconhecimento de que existe uma contradição incontornável entre um estoque de recursos finitos, muitos dos quais irreprodutíveis na escala humana, e um crescimento infinito apregoado pelo sistema econômico parece ser inquestionável (VEIGA, 2015). Os pioneiros estudos do Clube de Roma na década de setenta já demonstravam a perspectiva de colapso do sistema econômico, caso não fossem tomadas medidas corretivas a tempo. Passadas quase cinco décadas a questão assume novos contornos, agora de séria ameaça à humanidade, como é o caso dos desdobramentos anunciados pelas mudanças climáticas. A solução seria então o “decrescimento”? Trata-se de frear a economia? O PIB? Certamente é muito mais complexo do que o vocábulo sugere. E o bem-viver? Não seria o objetivo de todas as teorias do desenvolvimento? Como estes conceitos se entrelaçam e nos permitem um olhar crítico sobre o presente?

Por mais que o progresso técnico, juntamente com a mobilização social, tenha contribuído para reduzir a insustentabilidade de alguns dos mais importantes processos produtivos atuais, a verdade é que o consumo de materiais, de energia e as emissões de gases de efeito estufa não cessam de aumentar: os ganhos de eficiência foram globalmente mais que contrabalançados pela elevação espetacular do consumo, ficando evidente que a trajetória atual das sociedades humanas é insustentável. A sustentabilidade tem sido associada a um modelo de economia que tem como o progresso material ilimitado, supondo que eles não comprometem a base de recursos da natureza. É como se nada, nenhuma ação humana alterasse a realidade biofísica do ecossistema em que se encontra inserido o sistema econômico (CAVALCANTI, 2012). De acordo com Boff (2012), a sustentabilidade como substantivo exige uma mudança de relação com a natureza, a vida e a Terra. A primeira mudança começa com outra visão da realidade. Nesse contexto o decrescimento é proposto como um “futuro sustentável da vida” (LATOUCHE, 2009) em que autolimitação e

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

simplicidade voluntária, da abundância frugal, da reabilitação do espírito da doação e da promoção da convivialidade são a essência desta controversa teoria.

O movimento do bem viver alinha-se à sustentabilidade e ao decrescimento, segundo Garcia (2012), ao reafirmar que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, tampouco é igual a “produtivismo-consumismo”. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que todos tenham vida e possam viver bem. Em síntese, Garcia (2012) realça o que o decrescimento e bem viver comungam da crítica ao desenvolvimento e do ceticismo quanto às suas promessas e seu suposto universalismo.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa consistiu, basicamente, em revisão bibliográfica, com ênfase em textos fundadores das abordagens da sustentabilidade, decrescimento e bem viver. Com o desprezioso objetivo de entrelaçar estes três campos conceituais e pontuar pontos de convergência, parte-se de uma retomada da visão de alguns dos principais autores que tratam dos temas, buscando, de forma sintética, trazer questões para uma reflexão acerca do desenvolvimento contemporâneo. Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, de caráter exploratório.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 A SUSTENTABILIDADE

Paul Crutzen, cientista holandês prêmio Nobel de Química de 1995, avaliando o grau do impacto ambientalmente destruidor das atividades humanas afirmou que o mundo entrou em uma nova era geológica: a do Antropoceno, termo este que representa um novo período da história da Terra em que o ser humano se tornou a causa da escalada global da mudança ambiental. Nas últimas seis décadas, na medida em que o PIB mundial crescia e os recursos naturais eram canalizados para o desfrute do consumo e do bem-estar humanos, houve uma investida exponencial sobre todos os ecossistemas do Planeta. O progresso humano tem significado regresso ambiental.

A humanidade tem afetado não só o clima da Terra, mas também a química dos oceanos, os habitats terrestres e marinhos, a qualidade do ar e da água, os ciclos de água, nitrogênio e fósforo, alterando os diversos componentes essenciais que sustentam a vida no planeta. Cerca de 30 mil espécies são extintas a cada ano, reduzindo a biodiversidade da Terra de modo irreversível (ALVES, 2012). As pressões antropogênicas sobre o sistema terrestre alcançaram uma escala na qual uma mudança ambiental global abrupta ou irreversível não pode mais ser descartada. Desaparecem biomas inteiros a uma velocidade mensurável durante o período de vida de um ser humano. Nesse momento, o futuro de muitos organismos vivos é incerto. Não somente as plantas e os animais silvestres estão em perigo, cada vez mais as pessoas padecem das consequências da deterioração ambiental. (MATIAS, 2015).

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

A progressiva tomada de consciência por inúmeros setores da sociedade sobre os problemas ambientais, decorrentes dos processos de crescimento e desenvolvimento, originou inicialmente a expressão *ecodesenvolvimento*, aos poucos substituída por *desenvolvimento sustentável*, citada em documento produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1980. A comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento define desenvolvimento sustentável como *aquela que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades*.

Aqui cabe uma distinção entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. De acordo com Veiga (2015), o primeiro conceito vem sendo objeto de reflexão há pelo menos 40 anos e encerra o princípio de responsabilidade, segundo o qual as futuras gerações devem ter pelo menos as mesmas oportunidades que a atual. Portanto, tem história. Já a sustentabilidade é um termo que foi banalizado, com infindáveis interpretações. Considerando que o conceito de sustentabilidade sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, passa a incorporar o significado de manutenção e conservação permanente dos recursos naturais. Isso exigiria, num primeiro momento, avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, mas, sobretudo com novos conceitos de necessidade humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

De acordo com o relatório Brundtland (CMMD, 1991), uma estratégia mundial para a conservação da natureza deve alcançar os seguintes objetivos: a) manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do ser humano; b) preservar a diversidade genética; e c) assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana. O objetivo fundamental é o de manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento e este deve, por sua vez, levar em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações. Aqui cabe um destaque - a capacidade dos ecossistemas é frequentemente associada ao estoque de recursos naturais, renováveis e não renováveis. A preocupação seriam os últimos, em razão de sua exiguidade e finitude em um horizonte qualquer do futuro. Para estes, competiria ao avanço científico e tecnológico buscar soluções. Trata-se da visão de entrada de insumos no processo produtivo global. Aqui reside o problema. De recursos ao funcionamento do sistema econômico os recursos naturais passam a ser reconhecidos com "serviços ecossistêmicos". Trata-se de reconhecer que o fator limitante fundamental não é a finitude do estoque de materiais não renováveis, mas de capacidade ecossistêmica de absorvê-los e manter um equilíbrio favorável à vida humana (ROMEIRO, 2012).

A premissa básica é de que as atividades econômicas, a coesão das sociedades e o bem-estar humano são profunda e irremediavelmente dependentes dos serviços ecossistêmicos, ou seja, os benefícios diretos e indiretos obtidos pelo homem a partir do funcionamento dos ecossistemas. "Enquanto serviços essenciais de suporte à vida há uma necessidade premente em se preservar os ecossistemas, garantindo sua capacidade de provisão dos seus fluxos de serviços" (ANDRADE; ROMEIRO, 2009, p. 2). Também chamados de serviços ambientais, os serviços ecossistêmicos são os bens ou serviços que a natureza e seus ecossistemas fornecem ao homem e que são

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

indispensáveis para sua sobrevivência, estando associadas principalmente à qualidade de vida e ao bem-estar da sociedade. Portanto, o fator limitante maior é o meio ambiente como produtor de serviços ecossistêmicos e não como produtor de matérias-primas não renováveis, uma vez que tais serviços não são substituíveis por capital e, por conseguinte, incompatíveis com a lógica de mercado.

Os serviços ecossistêmicos estão claramente associados ao conceito de sustentabilidade “forte”, que destaca a obrigatoriedade de manter constantes, pelo menos, os serviços do “capital natural”, em oposição ao conceito de sustentabilidade “fraca”, que toma como condição necessária e suficiente a regra de que cada geração legue à seguinte a somatória dos três tipos de capital, o propriamente dito, o natural-ecológico e o humano-social (VEIGA, 2010).

Tanto a sustentabilidade forte como a fraca, estão vinculadas à dimensão técnica da sustentabilidade, como bem define Foladori (2001). A ênfase à vertente técnica da sustentabilidade é explicitada em todo um conjunto de problemas ambientais: poluição, depleção dos recursos naturais e no campo social, o excesso de população. Evidencia-se, portanto uma questão técnica como denominador comum: os limites físicos com os quais nos defrontamos. De acordo com Foladori (2001, p.17-8) trata-se de uma visão equivocada, uma vez que a sociedade nunca se defronta em seu conjunto com limites físicos. “Pelo contrário, a sociedade humana, antes de se deparar com limites naturais ou físicos, está frente a frente com contradições sociais”.

Essa forma - radical, distante e abstrata de abordar a problemática ambiental - conduz para que a assimetria de poderes se torne secundária. Ora, o problema advindo da crise ambiental não é de que o planeta e/ou a vida estejam ameaçados de extinção em curto ou médio prazo. Podemos afirmar taxativamente que não somos capazes de destruir o planeta ou a vida nele existente. O que está em jogo é, em primeiro lugar, se as próximas gerações terão condições de viver com uma qualidade de vida pelo menos próxima à que almejamos para todos atualmente, e que muitos já a têm (NASCIMENTO, 2012 p.56).

Nesse contexto, Nascimento (2012) também chama atenção para o fato de que a questão da sustentabilidade coloca no centro do debate interesses de natureza geral e não aqueles específicos de grupos ou classes sociais, o que escamoteia a assimetria de poder no âmbito da sociedade. E vai além: essa aparente invisibilidade é agravada pela forma como é apresentada a questão ambiental, como sendo a vida ou morte da humanidade. Cabe aqui um realce: quando se emprega a expressão *humanidade*, fatalmente se elimina um aspecto central da questão que é a forma como cada segmento da sociedade se relaciona com o ambiente, ou seja, a humanidade não constitui um todo homogêneo que será afetado de forma equitativa pelos desdobramentos da crise ambiental. Trata-se, como bem sublinha Acselrad (2008), de clara evidência que a discussão acerca da sustentabilidade se pauta em categorias socialmente vazias, que não contemplam a diversidade social e, principalmente, as contradições que se cristalizam na disputa por recursos escassos.

Nesta perspectiva, a noção de sustentabilidade deveria estar fortemente apoiada no campo das

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

relações sociais, considerando que tal noção remete às relações entre a sociedade e a base material de sua reprodução, ou seja, às diversas formas sociais de apropriação e uso dos “recursos ambientais”. Fica claro, portanto que além do distanciamento do embate social, predominante na maior parte das discussões a respeito de sustentabilidade, tem-se enfatizado uma abordagem tecnicista, segundo a qual se ignora a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos do território, recaindo sobre os processos tecnológicos a “mágica tarefa” de reconstruir o que foi degradado pela cultura capitalista do consumismo. Portanto, como afirma Veiga (2010) a sustentabilidade suplanta as tradicionais definições para assumir a concepção de noção, de um novo valor.

Nesse sentido é muito oportuno retomar a análise de Veiga (2010) acerca das duas mais conhecidas definições de sustentabilidade: a amplamente difundida pelo Relatório Brundtland "alcançar as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de alcançar suas próprias necessidades" e a não menos difundida metáfora do tripé, “em que econômico, social e ambiental são analiticamente separados para se juntarem depois numa espécie de triângulo mítico” (ABRAMOVAY, 2010 p. 1). De acordo com Veiga (2010) em ambos os casos não se considera o essencial: é inconcebível a separação da economia da ética e a sociedade da natureza. Abramovay (2010, p.1) bem define:

No que se refere à definição de Brundtland, por exemplo, não é possível falar genericamente de necessidades, presentes ou futuras, sem que se discutam os padrões de consumo contemporâneos. Quanto ao tripé, a sustentabilidade não consiste em fazer mais do mesmo, mas com um pouco menos de dano ambiental e um pouco mais de preocupação social. O que está em jogo é o sentido e o significado, para as sociedades contemporâneas, do objetivo básico em torno do qual se organizam as políticas e os agentes econômicos: o crescimento incessante da produção de bens e serviços e sua medida consagrada, o PIB.

### 3.2 DECRESCIMENTO

O termo “decrescimento” é de uso muito recente no debate econômico e social, por vezes associado a “crescimento zero”, “estado estacionário” e mais remotamente a “desenvolvimento sustentável”. A principal ressalva acerca do termo é que, de acordo com Latouche (2012), um dos principais defensores deste paradigma, não é um conceito, portanto não é o oposto simétrico do crescimento. A palavra de ordem “decrescimento” tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado cujo motor não é outro senão a busca do lucro pelos detentores do capital com consequências desastrosas para o meio ambiente e, portanto, para a humanidade. Sua meta é uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos. Trata-se de um *slogan* político provocador que visa, principalmente, enfatizar a importância de abandonar o objetivo de crescimento pelo crescimento. Em particular, o decrescimento não é o crescimento negativo e sim a prosperidade sustentável.

Ainda em 1972, o Clube de Roma (MEADOWS et al. 1972) afirmava que a tomada de consciência dos limites materiais do meio ambiente mundial e das consequências trágicas de uma exploração desmedida dos recursos terrestres era imprescindível para o surgimento de novos modos de

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

pensamento que levariam a uma revisão fundamental, tanto do comportamento humano, quanto da estrutura da atual sociedade. Esta contradição entre um mundo finito em materiais e uma sociedade consumista e de crescimento ilimitado tem sido objeto de abordagem da corrente da economia ecológica, cujo embrião é atribuído a Georgescu-Roegen (1971) e Hermann Daly (1972) (FOLADORI, 2001).

A sociedade de crescimento, por sua vez, também não é desejável por pelo menos três razões: ela causa um aumento das desigualdades e das injustiças, cria um bem-estar muito ilusório, não proporciona nem mesmo para os “abastados” uma sociedade convivial e sim uma anti-sociedade doente por causa de sua riqueza. (LATOUCHE, 2006, p. 5)

Esta ideia tem maior força na Europa, especialmente na França, Espanha e Itália, mas vem ganhando adeptos em diversas partes do mundo em função da pressão exercida pelo sistema econômico sobre os ecossistemas, a qual depende do tamanho da população, do padrão de consumo e da tecnologia. Do ponto de vista da economia ecológica, a tecnologia pode relativizar esta pressão, mas não evitar que ela produza uma catástrofe ambiental caso a população e/ou consumo cresçam indefinidamente. (ANDRADE; ROMEIRO, 2009).

Mudanças pontuais de comportamento são insuficientes quando a preocupação é a sustentabilidade (VEIGA, 2010). Nesse mesmo sentido, Lesbaupin (2010) corrobora afirmando que não basta fazer coleta seletiva de lixo, evitar o desperdício de água, substituir os carros a gasolina por carros elétricos. Na verdade, o que é preciso mudar é o tipo de desenvolvimento. Desde o século passado, a economia é centrada na produção crescente e no consumo incessante. O objetivo prioritário da economia dominante é o crescimento econômico: o critério universal de avaliação de um país é o PIB, o Produto Interno Bruto, quanto mais produzir, quanto mais vender, melhor é o país, melhor está sua economia.

Zizek (2017) muito bem pontua o discurso ecológico dominante que nos interpela como se fôssemos culpados, individualmente pela dívida com a saúde planetária. As implicações ideológicas de tal individualização são evidentes: ocupados em exame de consciência pessoal, há um deslocamento de foco de questões muito mais pertinentes sobre a nossa civilização industrial como um todo. “Esta empreitada de culpabilização encontra também uma saída mais fácil: reciclar, comer orgânicos, utilizar fontes de energia renováveis, etc. Em boa consciência, nós podemos continuar nosso alegre caminho” (ZIZEK, 2017, s.p). Retoma-se aqui a dimensão técnica da sustentabilidade uma visão equivocada, segundo Foladori (2001), uma vez que desfoca para o campo técnico um problema político.

Nesse sentido, Dias (2016) também faz uma crítica à prática da educação ambiental da sociedade, enfatizando que ela estacionou nos elementos de gestão ambiental, lixo, coleta seletiva, reciclagem, economia de água, energia, poluições. A questão ambiental e, por consequência a educação é uma questão política e deve ser um caminho para superar o que se chama de “falha de percepção social”. A questão está centrada na lógica de mercado que vê a natureza como um fornecedor de capacidade infinita e gratuita. Max Neef (2007) vai além, questionando o papel da universidade:

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

A universidade não está cumprindo o papel que deveria. Ela deixou de ser uma instituição orientadora, que fazia críticas à sociedade, para se converter numa máquina a serviço do mercado. A universidade é cúmplice de um mundo que ela não aprova. (...) Como é possível educar um economista hoje com livros clássicos que não contêm palavras como ecossistema e natureza? Como é possível aceitar que a economia se considere um sistema fechado, sem nenhuma relação com outros sistemas? Um economista não pode ignorar o funcionamento do ecossistema. Se isso ocorre, a responsabilidade é da universidade. (MAX NEFF, 2007, s.p.)

### 3.3 BEM VIVER

Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante - difundida pela grande mídia -, desenvolvimento não é sinônimo de "produtivismo-consumismo". Desenvolvimento é, sobretudo, desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem (ARRUDA, 2006).

O amplo debate acerca do desenvolvimento sustentável aponta para a necessidade de construir outra concepção de desenvolvimento, centrado na satisfação das necessidades humanas. Aqui reside uma importante questão: quais são as necessidades humanas? Manfred Max Neef, economista e ecologista chileno é considerado uma personalidade polêmica por andar na contramão da economia ortodoxa, por acreditar que o modelo atual de globalização é desastroso para o meio ambiente e, principalmente, por considerar que o crescimento econômico, depois de um determinado ponto, pode gerar queda na qualidade de vida das pessoas. Por seus trabalhos, recebeu diversos prêmios, entre os quais o *Right Livelihood Award*, conhecido como "Prêmio Nobel alternativo".

Sua principal contribuição está centrada nas necessidades humanas, com base *no ser, no ter, no estar e no fazer*, e em necessidades como: subsistência, afeto, proteção, entendimento, participação, ócio, criação, identificação e liberdade. Para ele, as necessidades das pessoas são sempre as mesmas, independentemente de época e costumes. A diferença está no fator "satisfação". Aqui se estabelece o vínculo com os fundamentos do "decrecimento". A competição pelo consumo de bens "posicionais" (não "fundamentais") é responsável pela inovação perpétua e a pressão por mais crescimento. "Nas sociedades pós-modernas fragmentadas, o único elemento compartilhado é o imaginário consumista" (LÉNA; NASCIMENTO, 2012, p. 13).

O modelo econômico hegemônico está fundamentado na entrada de recursos da natureza e a inevitável saída de resíduos. Do ponto de vista material a economia transforma bens naturais valiosos em rejeitos que não podem mais ser reutilizados, comprometendo severamente os serviços ecossistêmicos. A questão central das atividades econômicas certamente não é a produção de lixo e sim a "felicidade humana", o fluxo imaterial de bem-estar gerado pelo processo. Trata-se, segundo o movimento bem-viver, do principal contrassenso! De acordo com

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

Latouche (2012 p.4)

Na passagem da felicidade ao PIB per capita, efetua-se uma tripla redução: 1) a felicidade terrestre é assimilada ao bem-estar material, sendo a matéria concebida na acepção física do termo; 2) o bem-estar material é reduzido ao bem-possuir estatístico, isto é, à quantidade de bens e serviços comerciais adquiridos, produzidos e consumidos; 3) a avaliação da soma dos bens e serviços é calculada de forma bruta, ou seja, sem considerar a perda do patrimônio natural e artificial necessário à sua produção.

Em síntese, o autor afirma que, com o passar do tempo, ao experimentamos que o consumo não faz a felicidade, e que vivemos uma crise de valores. “A sociedade dita desenvolvida, da opulência, se baseia em uma produção massiva, mas também em uma perda de valores” (p.6). A proposta do decrescimento é a da autolimitação e simplicidade voluntária, da abundância frugal, da reabilitação do espírito da doação e da promoção da convivialidade. (LATOUCHE, 2012).

Nos últimos anos, diversos países latino-americanos, como Equador e Bolívia, incorporaram, nas suas constituições, o conceito do bem-viver, que nas línguas dos povos originários soa como Sumak Kawsay (quéchua), Suma Qamaña (aimará), Teko Porã (guarani). Para alguns sociólogos e pesquisadores temos aí uma das grandes novidades no início do século XXI. No momento em que o mundo ocidental vive uma crise profunda, o Bem-Viver seria um novo paradigma que poderia nos ajudar a sair do caos em que vivemos.

O Bem-Viver pode ser considerado um princípio ético-moral que nos foi legado pelos índios andinos, mas que encontra expressões próprias nas demais comunidades indígenas. Hoje, segundo Arkonada (2010), surgem novas construções híbridas entre conceitos milenares da cosmovisão indígena, como o bem viver, e conceitos centenários, ocidentais e modernos, como a ética ou a moral. Não se pode dissociar este modo de vida de conceitos como descolonização (do poder e do saber) e desmercantilização da vida.

“A expressão bem viver, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa, em primeiro lugar, ‘viver bem entre nós’. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder (...). É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza (...), diferenciando-se do ‘viver melhor’ ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza” (RAUBER *apud* LESBAUPIN, 2010).

O valor que pode ser atribuído à natureza está em função do modelo de sociedade que se quer construir. A natureza é a condição de possibilidade para a vida humana, e, em tal virtude, seu relacionamento com as sociedades humanas depende da forma como elas se visualizam e se projetam no futuro. Uma sociedade mercantil sempre dará valor à natureza e a converterá em parte de suas rendas. Ao mesmo tempo, a natureza será o receptáculo de todos os seus desperdícios, porque não existe nenhuma consideração com respeito a ela que não esteja implícita

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

na noção de valor. Em sociedades diferentes, em que a noção de valor não existe, a natureza se converte em uma parte da vida dessa sociedade. A natureza se entrelaça de tal forma que está presente em cada ação que essa sociedade gera. Não existe uma separação entre sociedade e natureza. (DÁVALOS, 2010)

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vertente decrescentista propõe uma série de objetivos e medidas dificilmente compatíveis com o sistema econômico atual, claramente distante dos princípios da sustentabilidade. Entretanto, ao considerar os limites biofísicos do desenvolvimento, aproxima-se do movimento do bem viver, propondo uma nova ética entre os seres humanos e o ambiente, pautada na “felicidade e frugalidade convivial”. O bem viver é um movimento heterogêneo que resgata os valores de autonomia em relação ao Estado e a o mercado, de resistência ao desenvolvimento como crescimento infinito e de valorização da comunidade, da identidade cultural, do local e dos territórios. Estas três vertentes se entrelaçam ao questionar o modelo econômico vigente, propondo um outro mundo possível, mesmo que utópico.

#### REFERÊNCIAS

ANDRADE, D.C.; ROMEIRO, A.R. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 155, fev. 2009.

ABRAMOVAY, R. "Sustentabilidade - A Legitimação de um Novo Valor". São Paulo: Valor 30/11/2010. Disponível em: <[http://www.zeeli.pro.br/wp-ntent/uploads/2012/06/Abramovay-Resenha\\_SUST-Valor\\_30nov10.pdf](http://www.zeeli.pro.br/wp-ntent/uploads/2012/06/Abramovay-Resenha_SUST-Valor_30nov10.pdf)> Acesso em: 09/06/2015.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 5, jan./jun. 2008. Ed. UFPR. p. 49-60

ALVES, J.E.D. Holoceno e Antropoceno, **EcoDebate**. 2012. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/08/08/holoceno-e-antropoceno-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 12 de mar. 2017. ISSN 2446-9394

ARKONADA, K. Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados. In: Sbardelotto, M. Sumak Kawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver. IHU- on Line. UNISINOS: São Leopoldo, Ed. 340, Ano X, 23.08.2010. ISSN 1981-8469. p. 10-13.

ARRUDA, M. **Tornar o real possível**: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade: mantra ou escolha moral?** Uma abordagem ecológico-econômica. Estudos Avançados. São Paulo, v.26(74), p. 35-50, 2012.

CMMD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DÁVALOS, P. Sumak Kawsay: uma forma alternativa de resistência e mobilização. In: Sbardelotto, M. Sumak Kawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver. **IHU- on Line**: São Leopoldo: UNISINOS, Ed. 340, Ano X, 23.08.2010. ISSN 1981-8469. p. 4 -10.

DIAS, G.F. Uma educação para além da gestão ambiental. In: **IHU On line**, São Leopoldo: UNISINOS: Edição 485, 16 Maio 2016. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6451&secao=485](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6451&secao=485)>. Acesso em: 12 mai. 2017.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. (trad.) Campinas: Ed. Unicamp. 2001. 220p.

GARCIA, E. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E.P. (Orgs.) **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, crescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 201-28.

LATOUCHE, S. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. **Cadernos IHU**, Instituto Humanitas Unisinos: São Leopoldo: UNISINOS, Ano 4 - nº 56 - 2006 - 1679-0316

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, S. Convivialidade e decrescimento. **Cadernos IHU**, Instituto Humanitas Unisinos: São Leopoldo: UNISINOS. Ano 10, nº 166, 2012. ISSN 1679-0316.

LENA, P.; NASCIMENTO, E.P. Apresentação. In: **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, crescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 9-22.

LESBAUPIN, I. **Por uma nova concepção de desenvolvimento** . 1 de nov. 2010. Disponível em: < <http://diplomatie.org.br/por-uma-nova-concepcao-de-desenvolvimento/>> Acesso em 21 jun. 2017.

MATIAS, E.F.P. A crise ambiental. In: \_\_\_\_\_ **A Humanidade contra as cordas**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 17-25.

MAX NEEF, M. (entrevista) O ECONOMISTA chileno Manfred Max-Neef contrapõe crescimento econômico e qualidade de vida. In: Entrevista em 17/04/2007. Disponível em: <http://www.parceirosvoluntarios.org.br/o-economista-chileno-manfred-max-neef-contrapo-e-crescimento-economico-e-qualidade-de-vida/> Acesso em: 25 jun. 2017.

**Evento:** XXII Jornada de Pesquisa

NASCIMENTO, E.P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 26 (74), p. 51-64, 2012.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica, suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos avançados**, n.74, Nov., 2012.

VEIGA, J.E. da. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. Senac: São Paulo, 2010.

VEIGA, J.E. Para entender o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed 34, 2015.

ZIZEK, S. **Reciclagem, comidas orgânicas, andar de bicicleta**. Não é assim que nos salvaremos o planeta. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2017/03/07/reciclagem-comidas-organicas-andar-de-bicicleta-nao-e-assim-que-nos-salvaremos-o-planeta/> Acesso em: 24 jun. 2017.